

# Aslições a tirar da economia real

ESTADO DE SÃO PAULO

\*3 FEV 1997

Brasil

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, está cansado de responder, diariamente, a perguntas sobre o ritmo de atividade da economia brasileira e, em especial, se esse ritmo poderá ser mantido, apesar do desequilíbrio na balança comercial. "Creio que já me perguntaram isso umas 39 vezes e 39 vezes eu respondi que não, que não adotaremos medidas para restringir o consumo, pois não há sinal de que a economia esteja aquecida ou que vá se aquecer." Para o ministro, o aumento das vendas em janeiro se registra em comparação com o movimento de vendas do início do ano passado, que foi excepcionalmente baixo.

Os fatos evidenciam perfeitamente que, como têm afirmado as autoridades, os indicadores de crescimento só aparentam ser muito favoráveis quando tomados em comparação com períodos de baixa atividade. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o PIB deverá crescer 4,6% neste semestre, porcentual que não inspira preocupação. "O Ipea não trabalha com a perspectiva de um superaquecimento da produção para 1997",

afirma seu diretor de pesquisa, Cláudio Considera. "Nosso desenho macroeconômico prevê uma desaceleração natural em relação ao elevado crescimento do produto real no segundo semestre de 1996, da ordem de 6%." O Ipea estima que o PIB, em 1997, cresça 4% a 5%, em relação a 3,2%, em 1996.

Outras avaliações poderiam sugerir que o ritmo da atividade foi mais intenso, como o Indicador do Nível de Atividade (INA), apurado pela Fiesp, que mostrou avanço de 7,4%, em 1996, na indústria paulista, contra 2,2% estimados pelo Ipea para toda a indústria brasileira. Os dados do Ipea e da Fiesp, porém, não podem ser comparados, seja porque a economia paulista parece ter sido mais dinâmica, seja pelas diferenças metodológicas entre os dois índices.

Há, isto sim, muitos sinais encorajadores. O Sistema Financeiro da Habitação (SFH) tornou-se inviável, apesar do aumento da captação registrado nos últimos dois meses, mas nem por isso se deixou de construir no Brasil. As cooperativas habitacionais, que operam com base no autofi-

nanciamento, já respondem por metade da oferta de habitação em São Paulo, segundo a Embraesp. Por outro lado, os cheques pré-datados são, há muito, um dos principais mecanismos pelos quais as vendas são financiadas pelas lojas. O Banco Central foi obrigado a ver a realidade e acaba de admitir a sua validade como instrumento de crédito. Se a população que não tinha acesso a bens de consumo decidiu,

por conta do aumento da renda obtido com o processo de estabilização da economia, aumentar suas compras, o governo não se tem oposto a isso, inclusive por saber que, se for necessário, terá instrumentos para reduzir a demanda, especialmente no crediário.

A teoria econômica tem expressões que explicam, perfeitamente, o que se passa. Um deles é a propensão marginal ao consumo. Traduzindo em miúdos, se um grupo de pessoas é muito pobre, tudo o que receber como acréscimo de renda será gasto, pois a ca-

rência em que vivem é grande. Esse é o comportamento que naturalmente se espera. Se a estabilização assegurada pelo Real transferiu para a população de menor renda — a que era mais onerada com o imposto inflacionário — ganhos adicionais estimados

em R\$ 18 bilhões, a maior parte desses recursos foi aplicada em bens de consumo. Esse fato, que é inquestionável, explica a dificuldade de con-

ter importações: é graças a elas, em grande medida, que a população de baixa renda pode adquirir bens a preços mais baixos do que os de produtos fabricados no Brasil.

O governo está em sintonia com o que pretendem os consumidores. Se os desequilíbrios, porém, crescerem, e, ao contrário do que esperam Malan e o Ipea, a economia não tiver um desaquecimento "natural" nos próximos meses, restará a possibilidade de conter o crédito formal — uma maneira capaz de conter, ao menos parcialmente, a demanda.

**Não há evidências de que a economia esteja aquecida e requeira freios do governo**